

Projeto # 3
A aplicação da HISCO (Historical International Standard Classification of Occupation)
na codificação de ocupações para o passado brasileiro
Tarcisio R. Botelho, PUC-MG

Objetivo

O objetivo do projeto é aplicar, em microdados de censos e de listas nominativas de habitantes, uma codificação padronizada das declarações de ocupações baseada na HISCO (Historical International Standard Classification of Occupation – <http://hisco.antenna.nl>; van Leeuwen, Maas, Miles, 2002), devidamente adaptada para o Brasil.

Estado da Arte

Uma fonte de dificuldades nas pesquisas comparadas no campo da história econômica e da história do trabalho são as confusões criadas pelas inúmeras variações na terminologia das ocupações, seja ao longo do tempo, seja em diversos espaços geográficos, seja em função das dificuldades com as traduções entre as diversas línguas. Tal limitação é mais grave quando se reconhece que a ocupação é uma variável chave em muitos campos da história, indo desde os estudos de estratificação social, mobilidade e carreiras profissionais, passando pela demografia e pelos estudos de mercado de trabalho e de produção.

A comparação entre importantes processos e estruturas históricas seria menos problemática se fosse possível obter uma comparabilidade entre as codificações de ocupação. O propósito desse projeto é aplicar, para estatísticas históricas brasileiras, um sistema de classificação de ocupações que é ao mesmo tempo internacional e histórico. E, além disso, conecta-se simultaneamente com as classificações já utilizadas para o tempo presente. Trata-se da HISCO (Historical International Standard Classification of Occupation), uma historicização da ISCO (International Standard Classification of Occupation), sistema desenvolvido pela International Labour Organization (ILO).

No Brasil, os trabalhos historiográficos que utilizaram as informações sobre ocupações sempre encontraram, até hoje, os mesmos desafios postos pelos estudos internacionais: como agregar o enorme universo de ocupações encontradas na documentação de caráter censitário e pré-censitário em um esquema lógico, útil e comparável.¹ Alguns problemas comuns detectados pelos pesquisadores foram: como adaptar os sistemas de classificação disponíveis contemporaneamente a uma realidade muito diferente, marcada por ocupações de caráter pré- ou proto-industriais; como solucionar os problemas com as duplas, triplas ou mais ocupações; como preservar informações sobre o status social ou sobre as relações sociais que muitas vezes acompanham e explicam as ocupações. Nesse sentido, a HISCO parece garantir a menor perda de acurácia nas informações ao mesmo tempo em que permite ganhos em termos de comparabilidade no tempo e entre países.

Metodologia

1. A criação da HISCO

A ILO produziu três versões da ISCO: em 1958, em 1968 e em 1988. Por diversas razões, decidiu-se basear a HISCO na versão de 1968 (ISCO68). Essa versão contém um número maior de ocupações que a de 1958, e por outro lado ainda inclui muitas daquelas de caráter histórico, que desapareceram na versão de 1988. A existência, em muitas línguas, de versões oficiais e não-oficiais do manual de 1968 facilitou ainda mais a tarefa. Além disso, a ISCO68 já tinha um certo caminho percorrido em termos de aplicação histórica.

Na ISCO68, 1506 diferentes categorias ocupacionais foram discriminadas e descritas. Tais categorias agrupam os 6000 nomes de ocupações contidos no manual da ISCO68. Para cada uma das 1506 categorias, foram dados códigos únicos de 5 dígitos, possibilitando a fácil agregação das categorias vizinhas. Os primeiros três dígitos se referem aos “grupos unitários” - que são em número de 284. Os primeiros dois dígitos referem-se aos “grupos secundários” - em número de 83

¹ Alguns dos principais trabalhos nessa linha foram: Nozoe e Costa (1987), Godoy (1994, 1996), Paiva (1996).

- e o primeiro dígito refere-se aos “grupos principais”, em número de 8.² Os grupos principais são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1
HISCO, Grupos Principais

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
0/1	Profissionais e técnicos especializados e outros trabalhadores relacionados
2	Administradores e profissionais de gerência
3	Trabalhadores de serviços administrativos
4	Vendedores
5	Trabalhadores dos serviços
6	Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca
7/8/9	Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros

Fonte: Leeuwen, Maas e Miles (2002)

O princípio de fusão dos 8 grupos principais aproxima-se ao dos setores econômicos, como os comumente encontrados nas classificações econômicas da força de trabalho nos censos contemporâneos. Para exemplificar, os códigos 6-xx.xx referem-se ao setor primário da economia, com os códigos 6-2x.xx identificando os vários tipos de trabalhadores em agricultura e criação de animais. Esse último grupo inclui, entre outros, o código 6-22.xx para trabalhadores em fazendas de produção agrícola. Esses, por sua vez, podem se relacionar com diversas categorias ocupacionais mais específicas: trabalhadores agrícolas em geral (6-22.10), trabalhadores em fazendas de produção de vegetais e hortaliças (6-22.20), trabalhadores em fazendas de trigo (6-22.30), trabalhadores em fazendas de algodão (6-22.40), trabalhadores em fazendas de arroz (6-22.50) e trabalhadores em fazendas de cana-de-açúcar (6-22.60).

O nível de acurácia com a codificação através da ISCO (com a descrição de cada atividade ocupacional dada por um código único) ocorre, como o exemplo acima demonstra, em um nível muito detalhado. Invariavelmente, alguma informação é perdida quando se constrói uma codificação, mas isso acontece exatamente pela natureza da tarefa do processo de codificação: reduzir os dados para produzir ordem e contextualização dentro de uma realidade que é desconcertante.

A HISCO segue quase a mesma estrutura da ISCO68 no que diz respeito aos grupos unitários, secundários e principais. Ela se difere na alteração de conteúdo necessária para se adequar ao registro histórico, e na adição de variáveis subsidiárias com o intuito de minimizar a perda de informações significativas. A HISCO também se afasta do formato padrão da ISCO na medida em que a descrição dos códigos é feita em inglês mas os nomes das ocupações permanecem em diferentes línguas. Dai a aplicabilidade mais ampla da codificação proposta pela HISCO.

2. Princípios usados na criação da HISCO

Muitos problemas comuns foram encontrados durante o processo de codificação das ocupações dentro do sistema HISCO, sendo os principais: 1) como fazer com os nomes de ocupações muito genéricas ou muito específicas; e 2) como resolver os problemas de perda da declaração de ocupação, múltipla ocupação e não-ocupação. A fim de compreender as soluções encontradas para tais problemas, faz-se necessário destacar 9 princípios metodológicos que orientaram na formulação do sistema HISCO:

1. Houve uma preocupação com os vários significados possíveis de uma dada ocupação, e não apenas com o significado mais provável em um dado momento ou lugar. Portanto, se pode

² Na Codificação Brasileira de Ocupações em vigor, formulada em 2002 mas parcialmente aplicada ao Censo 2000, a terminologia usada é Grande Grupo, Sub-Grupo Principal e Sub-Grupo; ver: CONCLA (Comissão Nacional de Classificação - <http://www.ibge.gov.br/concla/>). Há um interessante relato do trabalho de revisão das descrições de ocupações para a CBO em: Nozoe, Bianchi e Rondet (2003).

existir mais de um significado, então um número de código alternativo tem de ser designado para descrever tal situação.

2. Se um nome de ocupação é genérico porque a própria atividade ocupacional é genérica (isso é, combina um certo número de tarefas), usa-se ou cria-se códigos do tipo x-xx.10 e x-xx.05 no começo do grupo unitário mais relevante para a situação.

3. Se um nome de ocupação é tão genérico que pode se referir a mais de uma ocupação dentro de um grupo unitário, um código terminado em .00 deve ser criado. Se a ocupação pode se referir a alguma ocupação dentro de um grupo secundário, então um código terminado em 0.00 deve ser criado.

4. Se um nome de ocupação é genérico porque a atividade ocupacional inclui tanto a produção quanto a venda, apenas a atividade de produção é codificada.

5. Se um nome de ocupação é tão genérico que pode se referir a um número menor de ocupações dentro de um grupo unitário, usa-se um novo código intermediário entre os códigos relevantes para a situação específica.

6. Se um nome de ocupação se refere a uma ampla gama de ocupações possíveis, ou se é totalmente obscuro o que o nome significa, cria-se o código 9-99.99 para ele.

7. Se um nome de ocupação contém informações tanto para uma atividade econômica quanto para algum tipo de descrição de status, então a informação de status deve ser preservada em uma variável classificatória subsidiária chamada STATUS.

8. Se um nome de ocupação contém informações de um produto (fabricado ou comercializado) que não é contemplado pela ISCO, então essa informação acerca da produção será codificada na variável PRODUCT.

9. Se um nome de ocupação contém informações sobre relações familiares, sobre questões relativas à passagem do tempo (aposentadoria, velhice etc.), atividades voluntárias e/ou honoríficas ou capacidade econômica, então essa informação adicional será codificada na variável RELATION.

O sistema HISCO foi desenvolvido para auxiliar historiadores, economistas e cientistas sociais interessados em processos de mudanças econômicas e sociais a longo prazo. Particularmente, a HISCO foi desenhada para facilitar comparações internacionais ao longo do tempo envolvendo informações históricas de ocupações. Em seu processo de desenvolvimento, ela mostrou-se bem sucedida no que diz respeito à adequação das informações de diferentes bases de dados nacionais com um espaço cronológico de quase 200 anos. A fim de fazer o processo de codificação tão direto quanto possível, e também para facilitar o uso do sistema por sociólogos e economistas bem como por historiadores, a HISCO procurou se desviar o mínimo possível do formato original da ISCO. Essencialmente, três tipos de mudanças tiveram de ser feitas: a criação de novos códigos quando a ISCO68 não mencionava ou não podia acomodar nomes de ocupações de caráter histórico; a transferência de grupos secundários entre grupos principais nos momentos em que isso foi necessário para ajustar o sistema aos seus propósitos históricos; e a criação de novas variáveis classificatórias subsidiárias a fim de capturar e preservar informações não-ocupacionais importantes que de outra forma poderiam se perder.

3. A codificação HISCO para o Brasil

Para a construção de uma codificação de ocupações brasileiras aplicável às informações contidas nos nossos documentos históricos, o ponto de partida foram as listas nominativas de habitantes de São Paulo de 1836, que são parte de um corpo documental mais amplo denominado de Maços de População.³ Para completar a lista de ocupações disponíveis para o Brasil, foram acrescentadas informações contidas em listas nominativas de habitantes disponíveis para o bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em 1870, e para algumas localidades da província do Espírito Santo em 1884. A lista de São Cristóvão de 1870 foi a única que restou do censo experimental realizado naquele ano como ensaio para o censo de 1872.⁴ Para o Espírito Santo, utilizamos as listas de habitantes de São Mateus, Queimado, Cariacica e Guarapari. A partir dessas fontes

³ A avaliação e a discussão desses dados foi feita em Bassanezi e Bacellar (2002).

⁴ Agradecemos a Nelson Nozoe, José Flávio Motta e Iraci Del Nero da Costa a cessão do banco de dado por eles construído a partir da lista de São Cristóvão. Para se conhecer o conteúdo da lista, ver Nozoe, Motta e Costa (2004).

documentais, foi construída a classificação de ocupações para o Brasil. Em função das fontes documentais utilizadas, essa listagem é especialmente adequada para o século XIX, mas acreditamos que se mantém útil até pelo menos a década de 1950.

A introdução dos códigos HISCO e a tradução das ocupações para o inglês foram realizadas em uma primeira etapa a partir da codificação disponível para Portugal, denominada PACO (Projeto para Análise e Classificação das Ocupações).⁵ Em seguida, muitas das divergências de interpretação foram cheçadas e, muitas vezes, os casos envolvidos receberam outro código HISCO e/ou outra tradução para o inglês. Finalmente, foram agregadas as denominações idênticas, que ainda permaneciam duplicadas porque se referiam a sexos diferentes e a casos de dupla, tripla ou mais ocupações. No caso da referência ao sexo, houve a substituição pelos códigos padronizados do projeto (M para homens, F para mulheres e MF para ambos os sexos). No caso das múltiplas ocupações, seguiu-se o princípio exposto acima de codificar apenas a primeira ocupação declarada. E nos casos de atividades que podiam envolver tanto a produção quanto a comercialização, codificou-se a atividade de produção.

Em ambos os aspectos, deve-se ressaltar que isso não impede que se codifiquem os casos de dupla ocupação quando da utilização da HISCO brasileira na construção de bancos de dados. Ou seja, estamos nos referindo até o momento ao processo de construção de uma listagem codificada de ocupações, que se diferencia da construção de bancos de dados a partir da documentação disponível. O propósito desse projeto é aplicar a HISCO brasileira a bancos de dados já existentes e a construir que incluam referências a ocupações. Para os casos de dupla ocupação e de imprecisões vocabulares, apresentamos adiante a solução proposta pelos pesquisadores portugueses e que pode ser adotada para o caso brasileiro.

4. Dupla ocupação e imprecisões vocabulares

A HISCO apresenta soluções bastante simples para os problemas de dupla ou mais ocupações e de declarações de ocupação que permitem dupla interpretação. Para os casos de dupla ou mais ocupações, codifica-se a que aparece em primeiro lugar. Para os casos em que a ocupação pode abranger tanto a produção quanto a comercialização, privilegia-se a referência à produção. E nos casos em que pode haver uma dupla interpretação do significado da ocupação em relação aos códigos HISCO disponíveis, o pesquisador deve usar seus conhecimentos da realidade por ele pesquisada para optar por uma, e apenas uma, das interpretações possíveis.

Embora esses princípios sejam interessantes por estabelecer um norte para o trabalho de codificação, eles obviamente envolvem tomar decisões que podem deixar insatisfeitos muitos pesquisadores. Para o caso brasileiro, um primeiro problema diz respeito à dupla informação em que a primeira declaração não se refere a uma ocupação, mas a segunda sim ("vive de sua agência e negócio", "agregado e lavrador" e outras). Nesses casos, sugerimos a adoção do princípio de que seja codificada a segunda declaração de ocupação.

Para tentar incorporar as demandas pela preservação das declarações de dupla ocupação ou de imprecisão quanto ao significado da ocupação no momento de utilizar a HISCO no tratamento da documentação histórica, os pesquisadores portugueses que construíram a PACO sugeriram a criação de alguns campos e códigos alternativos que parecem bastante úteis também para as fontes históricas brasileiras. Assim, após as variáveis STATUS, RELATION e PRODUCT, inserem-se as variáveis CONTEXTO e COMNUM. A variável CONTEXTO serve para inserir outros códigos HISCO que podem ser associados à declaração de ocupação encontrada no documento que se está codificando. A codificação sugerida é a seguinte:

1. No caso de dupla ocupação, insere-se as demais ocupações como variável CONTEXTO e indica-se o código 3 na variável COMNUM para indicar que trata-se de um caso de dupla ocupação.

2. No caso de ocupações polimórficas, ou seja, uma determinada ocupação que implica no desempenho de funções que se enquadram em mais de um código HISCO, insere-se os códigos

⁵ Essa codificação encontra-se disponível na internet (<http://www.historyofwork.nl>) e em Madureira, Almeida e Esperança (2001). Em Madureira (2001), há comentários interessantes sobre a construção do banco de dados que ajudam a compreender os desafios de se criar tal tipo de codificação para o mundo lusitano, e que também são úteis para o caso brasileiro.

que descrevem as demais funções na variável CONTEXTO e indica-se o código 4 na variável COMNUM.

3. Quando uma designação de ocupação referir-se a mais de uma ocupação prevista na codificação HISCO, a designação mais provável dentro do contexto histórico é codificada como variável HISCO principal, as demais são codificadas na variável CONTEXTO e indica-se o código 2 na variável COMNUM.

4. Quando uma ocupação refere-se tanto à esfera da produção quanto da comercialização, o princípio de codificação da HISCO implica em dar preferência ao código associado à produção. Nesses casos, pode-se indicar na variável CONTEXTO o segundo código HISCO que descreve a atividade de comercialização e indica-se o código 1 na variável COMNUM.

Outras questões adicionais devem ser debatidas para o caso brasileiro. A primeira delas diz respeito às ocupações militares. Embora muitos indivíduos declarem como ocupação um cargo militar, sabemos que na maior parte dos casos trata-se de títulos honoríficos da guarda nacional e das companhias de ordenanças. Esses indivíduos, portanto, não são propriamente militares, e a declaração de um posto militar decorre muito mais do status associado a ele do que do desempenho de funções dentro de uma carreira militar. Esses casos são difíceis de serem resolvidos sem que se analise o contexto de cada declaração de ocupação. Na construção da HISCO brasileira, optamos por fazer uma dupla inclusão das referências a cargos militares: em primeiro lugar, todos são codificados como -1, já que não se trata de ocupação propriamente dita; em segundo lugar, quase todas as referências a carreiras militares são codificadas com a HISCO adequada (sobretudo 5-83.xx, "Military"). Caberá ao pesquisador, frente a suas fontes históricas, fazer a opção que julgar mais adequada.

As ocupações relativas aos proprietários agrícolas merecem um comentário à parte, sobretudo porque formam a imensa maioria das ocupações declaradas nas fontes históricas. Assim, para fugir da tendência ao registro com o código HISCO para "Fazendeiro em geral" (6-11.10), sugerimos que se considere informações adicionais agregadas à declaração da ocupação. Desse modo, um "Agregado lavrador" pode ser codificado como um "Pequeno produtor agrícola de subsistência" (6-11.15). Deve-se ressaltar que o princípio geral da codificação deve ser mantido, ou seja, observa-se a declaração da ocupação.

Outra peculiaridade ao caso brasileiro refere-se ao aluguel de escravos. O código que mais se aproxima desse caso é o 4-10.40 ("Working proprietor - Hiring out"), que descreve um proprietário que vive do aluguel de serviços e veículos. Para evitar a criação de novos códigos, optamos por essa solução, embora, obviamente, se possa repensá-la.

A construção de uma codificação de ocupações brasileiras a partir da HISCO parece-nos representar um ganho substantivo no que diz respeito às pesquisas históricas que usam tais informações de maneira intensiva. Todas as codificações implicam em perda de algum grau de detalhamento do que se encontra inicialmente disponível como informação. Entretanto, é uma tarefa inevitável para que se consiga padronizar e coordenar os esforços dos historiadores brasileiros face à produção de bancos de dados comunicáveis entre si.

O trabalho com as informações contidas nas listas nominativas de habitantes permitiu a construção de uma base de dados inicial de ocupações brasileiras. Essa base de dados certamente será enriquecida pela incorporação de novas fontes. Além disso, muitas das soluções adotadas para codificar as ocupações brasileiras frente à HISCO podem ser repensadas e revistas a partir de um melhor entendimento do que cada uma delas quer realmente descrever. Entretanto, acreditamos que adotar a HISCO como ponto de partida representa um salto qualitativo de grande alcance, sobretudo quando começam a se disseminar as experiências de construção e compartilhamento de grandes bancos de dados, nos termos em que propomos nesse projeto.

A vantagem final da HISCO refere-se à sua capacidade de se comunicar com as classificações de ocupações contemporâneas. Há uma disseminação cada vez maior da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), baseada na ISCO88, que vem sendo adotada não apenas na construção de estatísticas de muitos ministérios, mas também nos levantamentos censitários do IBGE. Isso significa que estamos nos capacitando para estabelecer análises realmente produtivas em relação às transformações seculares da força de trabalho no Brasil.

Referências bibliográficas

- BASSANEZI, M. S. C. B., BACELLAR, C. A. P. Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 113-129, 2002.
- GODOY, M. M. Dicionário das ocupações em Minas Gerais no século XIX, acompanhado de estudo histórico em torno da economia e sociedade mineira provincial. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 15, p. 161-192, 1996.
- GODOY, M. M. **Discutindo a construção de uma obra de referência**: dicionário das ocupações em Minas Gerais no século XIX, acompanhado de estudo histórico em torno da economia e sociedade mineira provincial. São Paulo: Seminário Permanente de Estudo da Família e da População no Passado Brasileiro, 1994 (Texto para discussão).
- LEEUEWEN, M. H. D., MAAS, I., MILES, A. **HISCO**: Historical International Standard Classification of Occupations. Leuven: Leuven University Press, 2002.
- MADUREIRA, N. L. **Portuguese historical occupations**. Amsterdam: International Institute for Social History, 2001. (HISMA Occasional Papers and Documents Series no. 5).
- MADUREIRA, N. L., ALMEIDA, M. A., ESPERANÇA, R. **Portuguese Hiscodes**. Amsterdam: International Institute for Social History, 2001. (HISMA Occasional Papers and Documents Series no. 5).
- NOZOE, N. H., BIANCHI, A. M., RONDET, A. C. A. A nova Classificação Brasileira de Ocupações: anotações de uma pesquisa empírica. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 234-246, 2003.
- NOZOE, N. H. ; COSTA, I. D. N. Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores. **Estudos Econômicos** (IPE/USP), São Paulo, v. 17, n. 1, p. 69-87, 1987.
- NOZOE, N. H., MOTTA, J. F., COSTA, I. D. N. Às vésperas da abolição; um estudo sobre a estrutura de posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. **Estudos Econômicos** (IPE/USP), São Paulo, v. 34, n. 1, p. 157-213, 2004.
- PAIVA, C. A. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: USP, 1996 (Tese de Doutorado – História Social).